



# DECIDE BRIEFING

EDIÇÃO SEMANAL

[www.pdecide.org](http://www.pdecide.org)

28 DE ABRIL DE 2026  
TERÇA-FEIRA

PRODUÇÃO:  
IBRAIMO ATUMANE & KELVEN MACHAVA

DIRECTOR: WILKER DIAS



O Informe Anual da Legalidade referente a 2025, apresentado a 22 de Abril de 2026 pelo Procurador-Geral da República, Américo Letela, não só falha em esclarecer questões críticas como acaba por aprofundar dúvidas sérias sobre a capacidade institucional do Ministério Público para lidar com crimes de natureza potencialmente política em Moçambique. Longe de reforçar a confiança pública, o informe expõe inconsistências factuais, omissões relevantes e ausência de progressos concretos na responsabilização por graves violações de direitos humanos, incluindo o assassinato de Elvino Dias e o uso excessivo da força durante manifestações pós-eleitorais.

No caso de Elvino Dias, o informe contém uma incongruência factual que, sendo básica, é institucionalmente grave: a referência ao dia 20 de Outubro de 2024 como uma segunda-feira, quando na realidade corresponde a um domingo. Num documento desta natureza, este tipo de erro não pode ser tratado como detalhe irrelevante, pois levanta dúvidas legítimas sobre o rigor, a verificação interna e a fiabilidade global da informação apresentada.

Mais preocupante ainda é a gestão contraditória das linhas de investigação. Após o assassinato de Elvino Dias, a Polícia da República de Moçambique avançou publicamente a hipótese de “causas passionais”. No entanto, essa narrativa desaparece por completo do informe do Procurador-Geral, sem qualquer explicação. Esta omissão não é neutra: sugere falta de coerência institucional e levanta a possibilidade de fragilidade ou mesmo arbitrariedade na condução das investigações. A ausência de esclarecimentos sobre o abandono desta linha mina a transparência e impede o escrutínio público efectivo.

O informe introduz ainda a hipótese de envolvimento de Nini Satar, já falecido. A utilização de um indivíduo morto como elemento central de uma linha investigativa levanta sérias reservas quanto à solidez do processo. Para além de limitar completamente o contraditório, esta abordagem pode funcionar, na prática, como um bloqueio à responsabilização efectiva, uma vez que inviabiliza o aprofundamento judicial e a verificação plena dos factos. Sem a apresentação de provas materiais robustas, esta linha de investigação corre o risco de ser percebida como uma solução conveniente, mas insuficiente.

Paralelamente, o informe é marcadamente silencioso quanto à responsabilização de agentes das Forças Armadas e da Polícia da República de Moçambique envolvidos no uso excessivo da força durante manifestações pós-eleitorais. Perante registos consistentes de mortes, ferimentos graves e restrições desproporcionais a direitos fundamentais, a ausência de avanços concretos não pode ser interpretada como mera limitação técnica, ela configura um sinal preocupante de tolerância institucional face a potenciais abusos. Esta inércia compromete directamente o dever do Estado de investigar, punir e reparar violações de direitos humanos.

A situação agrava-se quando se observa a persistência de violações no norte do país, nomeadamente em Mogovolas, onde continuam a ser reportados assassinatos de garimpeiros sem resposta institucional visível. A repetição destes padrões, sem intervenção eficaz, aponta para um enfraquecimento do Estado de direito e para a consolidação de dinâmicas de impunidade.

No seu conjunto, o informe revela não apenas limitações operacionais, mas fragilidades estruturais profundas na actuação da Procuradoria-Geral da República. A ausência de coerência nas narrativas, a falta de transparência e a incapacidade de apresentar resultados concretos em casos sensíveis reforçam a percepção de que o sistema de justiça enfrenta sérias dificuldades em lidar com crimes politicamente expostos.

Assim, em vez de dissipar dúvidas, o Informe Anual da Legalidade de 2025 contribui para o agravamento da desconfiança pública. Num contexto marcado por tensões políticas e denúncias de violações de direitos humanos, esta realidade não é apenas preocupante é potencialmente desestabilizadora. Torna-se, por isso, urgente um reforço efectivo da independência, da transparência e da capacidade técnica das instituições de justiça, sob pena de se consolidar um cenário em que a impunidade deixa de ser excepção e passa a regra.

#DECIDETEAM